



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL
APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO
DO POVO TERENA - ATY GUASU - COIAB

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ___ VARA
FEDERAL CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

LUIZ HENRIQUE ELOY AMADO, indígena Terena, brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS), sob n. 15.440; **SAMARA CARVALHO SANTOS**, indígena Pataxó, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/BA), sob n. 51.546); **MAURÍCIO SERPA FRANÇA**, indígena Terena, brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS), sob n. 24.060; todos advogados indígenas integrantes da *Assessoria Jurídica* da **ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB)**, organização indígena que atua na defesa dos direitos dos povos indígenas, com escritório de representação sediado na SDS, SHCS, Edifício Eldorado, Sala 4, Brasília, Distrito Federal; vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fundamento nos artigos art. 5º, inciso LXVIII c/c art. 232, da Constituição Federal e art. 648, inciso I, do Código de Processo Penal, impetrar o presente pedido de concessão de ordem de

**HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL
COM PEDIDO LIMINAR**

em favor da paciente **SÔNIA GUAJAJARA**, nome social de Sonia Bone de Sousa Silva Santos, brasileira, indígena pertencente ao povo Guajajara, portadora do CPF n. 937.121.626-34 e da Cédula de Identidade RG n. 018075982001-6, SSP-MA, residente e domiciliada na Rua Pernambuco, 1946,

Bairro Santa Rita, CEP: 65919-160, município de Imperatriz, Maranhão; por estar sofrendo constrangimento ilegal do Ilustríssimo Delegado de Polícia Federal **FRANCISCO VICENTE BADENES JUNIOR** (Inquérito IPL n.º. 2020.0104862), em trâmite na Delegacia de Defesa Institucional - DELINST/DRCOR/SR/PF/DF, pelos motivos de fatos e de direito a seguir expostos.

I DOS FATOS

A paciente é liderança indígena com reconhecimento nacional e internacional, integrando a coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), organização indígena que atua na defesa dos direitos dos povos indígenas e tem suas atividades pautadas nas garantias constitucionais insculpidas no artigo 231 e 232 da Constituição Federal. Em 2018, entrou para história ao ser a primeira mulher indígena a concorrer numa chapa à presidência, sendo candidata à vice-presidência pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Nos últimos anos a requerente ganhou destaque atuando no ativismo pela defesa dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente. Esse reconhecimento pode ser visto pelo prêmio concedido em outubro de 2020, no qual, representando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), recebeu o Prêmio Internacional *Letelier-Moffitt de Direitos Humanos 2020*, do Instituto de Estudos Políticos de Washington (EUA)¹.

Cumprе consignar que a paciente já participou de audiências na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no Fórum da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Conferência de Partes (COP), que discute as mudanças climáticas e seus efeitos². Nesses espaços internacionais, na qualidade de representante dos povos indígenas, vem denunciando a situação de extremas violações aos direitos territoriais dos povos indígenas,

¹ *APIB recebe prêmio internacional de Direitos Humanos*, disponível em <http://obind.eco.br/2020/10/01/apib-apib-recebe-premio-internacional-de-direitos-humanos/>

² Líder indígena do Brasil, Sônia Guajajara participa de evento com Alec Baldwin, disponível em <https://news.un.org/pt/story/2019/04/1669671>

que abarca não apenas a demora na conclusão das demarcações de suas terras, mas também o alto índice de invasões das terras indígenas por parte de madeireiros e garimpeiros³.

Por sua vez, a APIB é a organização indígena constituída desde 2005, que representa nacionalmente os povos indígenas e é formada por organizações indígenas regionais, quais sejam:

- Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME);
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB);
- Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL);
- Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPIN-SUDESTE);
- Conselho do Povo Terena;
- Aty Guasu Guarani Kaiowá;
- Comissão Guarani Yvy Rupa.

Segundo seu regimento interno, a APIB está organizada e centrada nas seguintes pautas: a) fortalecer a união dos povos indígenas, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país; b) unificar as lutas dos povos indígenas, a pauta de reivindicações e demandas e a política do movimento indígena; c) mobilizar os povos e organizações indígenas do país contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas.⁴

Em agosto de 2020, a APIB marcou a história constitucional brasileira. O Plenário do Supremo Tribunal Federal a reconheceu como entidade legítima para propor o controle de constitucionalidade concentrado no âmbito da jurisdição constitucional, diante da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709. O eminente relator, ministro Luís Roberto Barroso, assim destacou: "*Reconheço a legitimidade ativa da*

³ Sobre este tema, vale a pena conferir o estudo realizado pela FIOCRUZ que demonstra o impacto da contaminação de mercúrio nos Yanomami: Ramos, Alan Robson Alexandrino, Oliveira, Keyty Almeida de, & Rodrigues, Francilene dos Santos. (2020). Mercúrio nos Garimpos da Terra Indígena Yanomami e Responsabilidades. *Ambiente & Sociedade*, 23, e03262. Epub 12 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180326r2vu2020l5ao>

⁴ Para saber mais sobre APIB, ver site <https://apiboficial.org/>

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB para propor a presente ação, na condição de entidade de classe de âmbito nacional (CF, art. 103, IX)”⁵.

Pois bem!

No dia 26 de abril do corrente ano, a paciente foi surpreendida com uma intimação para depor na Polícia Federal no âmbito do Inquérito n°. 2020.0104862, o qual, segundo a Portaria de instauração (anexo), tem por objetivo "apuração da difusão de Fake News e indícios do crime de estelionato, pela APIB - Articulação de Povos Indígenas do Brasil".

O inquérito em questão foi deflagrado por meio de expediente do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sr. **Marcelo Augusto Xavier da Silva**, que encaminhou a notícia-crime diretamente para a Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, por meio do Ofício N° 2064/2020/PRES/FUNAI (SEI sob o n° 08620.007302/2020-75, em 09/10/2020).

Em síntese, o presidente da Funai narra em seu ofício que a APIB, por meio da série de vídeos denominada “Agora é a Vez do Maracá”, veiculado no site <http://emergenciaindigena.apib.info/>, estaria imputando ao governo federal a prática do crime de genocídio, disseminando Fake News, calúnia contra o governo federal e a prática de crime de estelionato (art. 171, CP).

Numa análise sumária, percebe-se que a representação que deflagrou o inquérito, embora tenha sido subscrita pelo presidente da Funai, o qual possui formação jurídica e é delegado de Polícia Federal, carece de condições mínimas de procedibilidade. A peça consolida uma série fática que não guarda qualquer relação com os tipos penais invocados, bem como de indícios mínimos capazes de deflagrar uma investigação penal.

⁵ "Vale observar, ademais, que a Constituição assegurou aos indígenas a representação judicial e direta de seus interesses (CF, art. 232), bem como o respeito a sua organização social, crenças e tradições (CF, art. 231). Por essa razão, entendo, ainda, que o fato de a APIB não estar constituída como pessoa jurídica não é impeditivo ao reconhecimento da sua representatividade. Não se pode pretender que tais povos se organizem do mesmo modo que nos organizamos. Assegurar o respeito a seus costumes e instituições significa respeitar os meios pelos quais articulam a sua representação à luz da sua cultura" (LUÍS ROBERTO BARROSO, ADPF 709).

Ademais, cumpre consignar que causa muita estranheza que a Funai, a agência indigenista oficial do Estado brasileiro, criada justamente para proteger os interesses dos povos indígenas, esteja incomodada com as denúncias que as organizações indígenas vêm fazendo. Aliás, é público e notório, inclusive internacionalmente, que o governo brasileiro não tem tratado de forma séria o enfrentamento à pandemia do Covid-19 e, desde o início, adotou uma postura negacionista. A descontinuidade e fragilidade de uma política pública de saúde eficaz se revelam na troca sistemática de ministros da saúde durante uma das maiores crises sanitárias da história mundial. Em editorial o jornal internacional *The New York Times* denuncia: “Trabalhadores da saúde no Brasil podem ter espalhado o coronavírus entre os povos indígenas”.

Nesse sentido, vêm se tornado públicos diversos processos investigativos, que o Governo Federal tem instaurado no intuito de intimidar os críticos da atual gestão. Em julho de 2020, a sociedade brasileira ficou atônita com a existência de um processo investigativo (sigiloso) que tramitava no Ministério da Justiça, para investigar grupos antifascistas, o que levou o Ministério Público Federal a requisitar explicações⁶. Tais práticas não atentam meramente contra os direitos fundamentais dos investigados, mas solapam as garantias processuais do Estado de Direito e tendem a lançar dúvidas sobre a legitimidade da atuação das forças policiais.

Outrossim, cabe trazer à baila o contexto no qual esse inquérito é instaurado e a relação de perseguição que a Funai vem sistematicamente exercendo contra a paciente. No dia 29 de março de 2021, foi publicado no site oficial da Funai a **“Carta de agricultores indígenas”**, no qual realizava uma série de ataques contra a ora paciente Sônia Guajajara, com palavras de baixo calão, em total desconformidade com os princípios que a administração pública deve observar ao gerir a coisa pública.

Diante do exposto, não resta dúvidas que o presente inquérito policial está sendo utilizado como uma forma de intimidar a paciente e causar

⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/30/mpf-pede-explicacoes-sobre-suposto-dossie-com-servidores-ligados-a-movimentos-antifascismo.ghtml>>.

uma percepção equivocada, perante a opinião pública, a respeito da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). O instrumento investigativo possui uma narrativa política, carecendo de elementos de materialidade, legitimidade, legalidade e de conjunto probatório, conforme exposto a seguir.

II PRELIMINARMENTE

Antes de adentrarmos ao mérito da questão, cumpre a defesa jogar luz às obscuridades em relação ao procedimento e à forma do presente inquérito policial. Pretende-se, com isso, demonstrar as flagrantes ilegalidades procedimentais.

Tais circunstâncias, juridicamente tornam o inquérito um *natimorto*, afinal carece de sustentação jurídica, considerando que, com o advento da **Lei 13.964/2019**, popularmente conhecida como "pacote anticrime", **o crime de estelionato necessariamente passou a requerer a representação do ofendido, entendimento o qual já foi inclusive reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça**, como se vê: *“A Terceira Seção consolidou o entendimento das turmas criminais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao definir que a exigência de representação da vítima como pré-requisito para a ação penal por estelionato – introduzida pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) – não pode ser aplicada retroativamente para beneficiar o réu nos processos que já estavam em curso.”*

Na doutrina, Aury Lopes Jr. menciona⁷:

Um mesmo crime poderá ser de ação penal pública incondicionada ou condicionada a representação conforme, por exemplo, a qualidade da vítima. **Nessa linha, entre outros, temos o crime de estelionato, que com o advento da Lei n. 13.964/2019, passou a depender de representação**, exceto quando a vítima for a administração pública (direta ou indireta), criança ou adolescente, pessoa com deficiência mental, maior de 70 anos ou incapaz, situações em que a ação penal será pública incondicionada.

⁷ Lopes Junior, Aury. Direito processual penal. 17. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.

Ante o exposto, não há que se falar em instauração de inquérito policial sob a justificativa de investigação sobre crime de estelionato, uma vez que depois do pacote anticrime, o crime passou a **ser perseguível por ação pública condicionada à representação**.

Os efeitos jurídicos da alteração legislativa, conforme se verifica, *in verbis*, necessariamente causaria uma mudança na competência da presente investigação, considerando que o sujeito passivo do "possível estelionato" não seria a FUNAI. Tal fato torna a referida fundação pública federal **incompetente para representar contra APIB por um delito sobre o qual nem sequer existe elementos materiais do crime e notórios vícios procedimentais**.

Lei 13.964/2019 - PACOTE ANTICRIME - alterou o CP

Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

[...]

§ 5º Somente se procede mediante representação

Portanto, conforme se depreende da legislação supracitada, o IP só pode ser instaurado com **a representação do ofendido, e a FUNAI carece, portanto, de legitimidade processual para tal**. Não sendo a FUNAI ofendida, a competência não seria da Justiça Federal. Por fim, o Código de Processo Penal, também corrobora com o entendimento exposto nesta exordial:

Art. 5º Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

[...]

§ 4º O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

Outrossim, sendo cristalina a carência de legalidade do presente IP, não há que se levar em consideração a narrativa inócua da FUNAI.

Porventura, caso este juízo entenda que crime de estelionato esteja configurado, esse carecerá de elementos procedimentais necessários exigidos por lei (REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO), e no caso concreto, ela (FUNAI) não é o sujeito passivo do “crime”.

III DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

III.1. DO CABIMENTO DO PRESENTE *WRIT*

O presente remédio constitucional, encontra respaldo na Carta Magna em seu artigo 5º, inciso LXVIII, e a viabilidade da impetração decorre da excepcionalidade da situação em tela, posto o evidente fato de que nenhuma tipificação penal resultou perpetrada pela paciente.

Em que pese a necessidade da relevância em justificar a presente medida, importa evocarmos o conceito de trancamento, haja vista a urgência do tema:

“Para rechaçar constrangimentos ilegais, a jurisprudência criou o mecanismo do trancamento do inquérito policial a ser pleiteado pela via de ação de habeas corpus. Julgados procedentes os pedidos, deve o juiz ou o tribunal determinar a imediata paralisação das investigações, encerrando o inquérito policial indevidamente instaurado.”⁸

Ademais, a jurisprudência brasileira compreende a possibilidade do trancamento como medida excepcional, como *in casu*. *In verbis*:

PENAL. HABEAS CORPUS. FRAUDE PROCESSUAL. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. POSSIBILIDADE. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ORDEM CONCEDIDA.

1. O trancamento de inquérito policial, procedimento voltado para a apuração do cometimento de um injusto penal, revela-se medida excepcional, somente sendo

⁸ (Dezem, Guilherme Madeira [et al.]. Penal / Guilherme Madeira Dezem [et al.]. - Coleção Prática Jurídica volume 2 – 15. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020, p. 40)

admissível se constatada, de forma evidente, a ausência de justa causa para o seu prosseguimento.

2. No caso, está configurada hipótese em que se admite o trancamento da investigação, em razão da flagrante atipicidade dos fatos.

3. Não há como atribuir aos pacientes, advogados, a prática do delito de fraude processual (art. 347 do Código Penal) somente por não terem transcrito, na inicial de habeas corpus impetrado na origem em favor de terceiro, todos os fundamentos da sentença que havia negado o direito de o paciente apelar em liberdade, se, na mesma ocasião, instruíram o pedido com a cópia integral do referido ato processual. Portanto, inviável afirmar que agiram "artificialmente", bem como flagrante a ausência do especial fim de agir de induzir a erro o juiz a que faz menção o tipo.

4. Ordem concedida.

(HC 579.256/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/09/2020, DJe 29/09/2020).

Ab initio, consigna-se que a instauração de um inquérito policial contra qualquer pessoa traz consigo inegável constrangimento. No caso em tela, como restará demonstrado, o procedimento investigatório é manifestamente abusivo, ilegal e carregado de atipicidade.

III.2. DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL – DA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL PARA APURAR A SUPOSTA PRÁTICA DE CRIMES E DA AUSÊNCIA DE ADEQUAÇÃO TÍPICA DA CONDUTA (ATIPICIDADE FORMAL)

É notória a ausência de justa causa da presente deflagração do procedimento investigatório com intuito de imputar conduta delituosa à paciente. *In casu*, é cediço que o HC é uma ação mandamental de natureza constitucional que ampara em regra a liberdade, e que pode em casos excepcionais servir de instrumento com o fim de declarar, mediante análise de provas pré-constituídas, a ausência de justa causa e podendo, assim, ser trancado.

No caso em tela, **não é necessário cotejo analítico ou valoração da prova constante dos autos do inquérito policial**. Da simples leitura dos elementos de informação colhidos, é possível aferir que não há indício algum,

ainda que mínimo ou superficial, que a paciente tenha cometido delito de estelionato, propagando fake news ou quaisquer outras condutas típicas.

Acerca da conduta do estelionato, tal crime está previsto no Código Penal:

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

De acordo com conceituação doutrinária, tal delito é sempre composto e depende de uma série de componentes, sejam eles elementares subjetivos ou objetivos, a saber:

“1. Análise do núcleo do tipo: a conduta é sempre composta. *Obter* vantagem indevida *induzindo* ou *mantendo* alguém em erro. Significa conseguir um benefício ou um lucro ilícito em razão do engano provocado na vítima. Esta colabora com o agente sem perceber que está se despojando de seus pertences. *Induzir* quer dizer incutir ou persuadir e *manter* significa fazer permanecer ou conservar. Portanto, a obtenção da vantagem indevida deve-se ao fato de o agente conduzir o ofendido ao engano ou quando deixa que a vítima permaneça na situação de erro na qual se envolveu sozinha. É possível, pois, que o autor do estelionato provoque a situação de engano ou apenas dela se aproveite. De qualquer modo, comete a conduta proibida.

[...]

4. Vantagem ilícita: diversamente do objeto material do crime de furto – que menciona *coisa alheia* –, neste caso basta que o agente obtenha *vantagem*, isto é, qualquer benefício, ganho ou lucro, de modo *indevido*, ou seja, ilícito. Logicamente, trata-se de vantagem de natureza econômica, uma vez que se cuida de crime patrimonial [...].

5. Elemento normativo: *prejuízo* quer dizer perda ou dano; *alheio* significa pertencente a outrem. Portanto, a vantagem auferida pelo agente deve implicar numa perda, de caráter econômico, ainda que indireto, para outra pessoa.

6. Erro: é a falsa percepção da realidade. O agente coloca – ou mantém – a vítima numa situação enganosa, fazendo parecer realidade o que efetivamente não é. Ex.: o autor

finge manter uma agência de venda de carros, recolhe o dinheiro da vítima, prometendo-lhe entregar o bem almejado, e desaparece.

7. Artífício: é astúcia, esperteza, manobra que implica em engenhosidade. Ex.: o sujeito, dizendo-se representante de uma instituição de caridade conhecida, fazendo referência ao nome de pessoas conhecidas que, de fato, dirigem a mencionada instituição, consegue coletar contribuição da vítima, embolsando-a.

8. Ardil: é também artífício, esperteza, embora na forma de armadilha, cilada ou estratagem. No exemplo dado anteriormente, o agente prepara um local com a aparência de ser uma agência de venda de veículos, recebe o cliente (vítima), oferece-lhe o carro, recebe o dinheiro e, depois, desaparece. Trata-se de um ardil.

9. Qualquer outro meio fraudulento: trata-se de interpretação analógica, ou seja, após ter mencionado duas modalidades de meios enganosos, o tipo penal faz referência a qualquer outro semelhante ao artífício e ao ardil, que possa, igualmente, ludibriar a vítima.

10. Objetos material e jurídico: o objeto material é tanto a pessoa enganada, quanto o bem obtido indevidamente, que sofrem a conduta criminosa. O objeto jurídico é o patrimônio.”⁹

Ademais, a jurisprudência pátria tem evocado a configuração típica do delito de estelionato, sendo necessária a presença de requisitos fundamentais para que uma conduta possa ser considerada típica. Vejamos:

Para sua configuração, o ilícito penal do estelionato exige a presença de três requisitos fundamentais, ou seja, a obtenção de vantagem ilícita, a utilização de artifícios, ardil ou outro meio fraudulento e o induzimento ou manutenção da vítima em erro. Se, no caso concreto, o infrator vende veículos embarçados por gravame judicial e dos quais nem tinha a propriedade, recebendo ele, antecipadamente, os respectivos pagamentos, caracterizada fica a figura jurídico-penal do estelionato (TJMG, AC 1.0702.03.069086-2/001, Rel. Hyparco Immesi, DJ 8/8/2008).

⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado : estudo integrado com processo e execução penal : apresentação esquemática da matéria : jurisprudência atualizada / Guilherme de Souza Nucci. – 14. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2014, p. 815.

No presente caso não estão presentes nenhum dos três requisitos fundamentais aludidos pela jurisprudência acima colacionada. Em relação ao crime previsto no art. 171 do Código Penal, verifica-se que, no inquérito, não há nenhum elemento de convicção do qual se possa extrair um mínimo de indício de autoria e materialidade, haja vista a ausência comprobatória e fática dos elementos que compõem a conduta típica do estelionato.

Seguem trechos do inquérito contendo elementos informativos utilizados para embasar a injusta e inaplicável conduta típica do delito de estelionato, vejamos:

O que se tem percebido é que a pandemia tem levado a difusão de diversas informações desfiguradas para, muitas vezes, gerar vantagem indevida.

"Os estelionatários e larápios estão aproveitando este momento complicado na história da humanidade para difundir conteúdos de notícias vinculadas ao coronavírus para levar vítimas a eventuais prejuízos financeiros, ao entrar no link ou situações similares.

A depender das hipóteses, poderemos estar perante crimes do art. 171, art. 155 entre outros crimes, **principalmente nas modalidades virtuais.**

Outrossim, até crimes de extorsão (modalidade virtual) e roubos poderão ser mais recorrentes durante a pandemia. "(JÚNIOR, Joaquim Leitão. As implicações criminais das "fake news" entre outras condutas, diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Disponível em <http://genjuridico.com.br/2020/03/26/fake-news-coronavirus/>).

É preciso que condutas que violam a paz social, em especial em momentos de crise, sejam coibidas, inclusive para a responsabilização na seara penal. Percebe-se, então, os indícios de grave abuso e ilicitude da campanha veiculada sob o nome "Agora é a Vez do Maracá".

Ressalta-se também, que a APIB, cabeça do movimento aqui tratado, foi criada pelo movimento conhecido como Acampamento Terra Livre (ATL), não possuindo CNPJ, não é considerada pessoa jurídica.

O suporte administrativo e financeiro para APIB seria oferecido pelo Centro Indígena de Estudos e Pesquisas

(CINEP), CNPJ 08.111.710/0001-09. Ocorre que no site da Receita Federal consta essa empresa como INAPTA, por OMISSÃO DE DECLARAÇÕES. No site PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, da Corregedoria-Geral da União constam duas sanções vigentes: uma instauração de tomada de contas especial pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e outra com motivo não especificado, pelo Ministério do Turismo.

A APIB mantém articulações com as seguintes organizações: Instituto Socioambiental (ISA); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Instituto Kabu; Associação Floresta Protegida; e Indigenistas Associados (INA).

No período de 17 de outubro a 20 novembro de 2019, ocorreu a campanha “JORNADA SANGUE INDÍGENA: NENHUMA COTA MAIS”, protagonizada pela APIB, que percorreu 12 (doze) países da Europa, para denunciar supostas violações perpetradas contra seus povos e o meio ambiente no Brasil, alegadamente desde janeiro de 2019. Essa ida da comitiva à Europa naquela ocasião, teria sido patrocinada com verba do Ministério da Saúde.

Para difundir e organizar aquela jornada na Europa, a APIB se valeu de apoio da Mídia Ninja, Design Ativista, Amazon Watch, Greenpace Brasil e da Global Alliance of Territorial Communities. A jornada recebeu um endereço eletrônico próprio – <www.nenhumagotamais.org>, e objetivou ambientar as autoridades e a opinião pública europeia sobre o atual contexto dos povos indígenas brasileiros, que, segundo eles, ameaça a sobrevivência dos povos da selva e a vida do planeta.

No início da pandemia, a APIB também captou recursos por meio de uma vaquinha - <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/apoie-os-povos-indigenas>, na qual a meta inicial da arrecadação no início da pandemia do covid-19 era de R\$200.000,00 tendo passado posteriormente para R\$500.000,00, e atualmente mudou essa meta para R\$1.000.000,00, já tendo **recolhido** até 05 outubro de 2020 a quantia de R\$758.855,83 (setecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), com 4926 contribuintes, sendo 4916 contribuições individuais e 10 contribuições corporativas. **O site da APIB divulga a narrativa** de que o dinheiro arrecadado será utilizado para compra de alimentos, remédios e material de higiene para as aldeias, não divulgando, porém, quais aldeias nem de que povos, já que a APIB engloba associações em todo Brasil, não tendo divulgado quais ações efetivas realizou em benefício dos indígenas. No site da APIB, essa campanha foi traduzida para os idiomas inglês e espanhol.

Cabe ressaltar que há campanhas de indígenas, principalmente da região do Maranhão, criticando e cobrando onde a APIB aplicou todo esse dinheiro arrecadado.

APIB também está envolvida com a campanha divulgada no site <http://defundbolsonaro.org>. O referido site espalha fake news do Brasil para o mundo, imputando crimes ambientais ao Presidente da República, fazendo campanha para que o mundo boicote o Brasil, daí o nome defund Bolsonaro, que se traduz em cortar o financiamento de Bolsonaro.

O site da APIB é hospedado pela Rede Livre. A Rede livre é associada a Mídia Ninja, Soylocoporti e Fora do Eixo, organizações comunistas que prejudicam o Brasil, ao articular informações para denegrir a imagem para o exterior. Assim, mais uma vez fica demonstrado a articulação para captação de recurso internacional.

Inexiste, no documento administrativo em partes acima transcritos, elementos constitutivos do tipo penal do delito de estelionato, sejam os elementos objetivos, seja o elemento subjetivo - dolo. Há notória e incontroversa atipicidade formal da conduta descrita, uma vez que, conforme doutrina acima supracitada, a mera menção de que o ato é uma “*modalidade de estelionato virtual*” por si só, incorre em grotesco erro e não incide em imputação à paciente.

As modalidades de estelionato estão presentes no artigo 171, § 2º do Código Penal Brasileiro. *In verbis*:

§ 2º - Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I - vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

II - vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Defraudação de penhor

III - defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV - defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V - destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as consequências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

VI - emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

Além do desconhecimento do conceito do tipo, considerando o objeto deste *habeas corpus*, o trancamento do presente inquérito é medida necessária uma vez que há incontestemente deturpação do uso da norma.

Ademais, ao mencionar a utilização da Vakinha online para captar recursos como meio de obter vantagem, encontra-se infundada tal alegação, de forma que este mecanismo se fortalece como recorrente medida de emergência utilizada pela APIB.

A FUNAI ainda aludiu à possibilidade de, através de “fake news”, a APIB difundir conteúdos para arrecadar fundos levando vítimas a eventuais prejuízos financeiros, o que supostamente enquadraria sua conduta no crime de estelionato.

Ocorre que nem sequer houve a propagação de informações falsas por parte da APIB, muito menos intenção de induzir quem quer seja a uma falsa percepção da realidade. Ou seja, como restará demonstrado a seguir, **não há que se falar na utilização de artifícios e induzimento ou manutenção de vítimas em erro**, requisitos estes fundamentais para a configuração do referido delito, conforme previamente demonstrado em alusão à doutrina.

A FUNAI alegou que a APIB difundiu dados falsos no site <http://emergenciaindigena.apib.info/>, alterando-os para manipular a verdade acerca dos números de contágio e óbito relativos à Covid-19 entre os indígenas. Tal argumento se fundamenta no fato de que os dados divulgados pela APIB divergem dos apresentados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

No entanto, em seu próprio site a APIB detalha abertamente qual a metodologia utilizada para a coleta e tratamento dos referidos dados, metodologia esta que representa resistência e enfrentamento ao descaso da SESAI em relação aos indígenas que vivem em contexto urbano, como se extrai do excerto abaixo:

Notas sobre os dados do Comitê

- Os dados do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, da APIB, incluem tanto indígenas que vivem nos territórios tradicionais quanto os que vivem em contexto urbano, que se autodeclaram e possuem laços com seu povo, como dispõe a Convenção n. 169 da OIT (ratificada pelo Brasil);
- ***A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, não faz o atendimento e o registro dos indígenas que vivem em contexto urbano. A APIB repudia esta medida e exige a revogação urgente da portaria 070/2004 para garantir que a SESAI atenda todos os indígenas;***
- A coleta de dados é descentralizada através da articulação de diversas organizações indígenas de base que compõem a APIB;
- As atualizações dos dados é diária;
- A divulgação dos dados se dá com a consolidação dos dados do dia anterior.
- As fontes dos dados são: Organizações indígenas de base da APIB, Frentes de enfrentamento ao Covid-19 organizados no Brasil que colaboram com a APIB, SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal.
- Os gráficos foram produzidos em parceria com Instituto Socioambiental.

Casos Confirmados:

- Devido a falta de testagens em massa em todo o país no contexto indígena, estimamos que há uma disparidade significativa entre o número de casos confirmados e a quantidade real de pessoas infectadas.
- Os dados coletados pelo Comitê são de testes confirmados entre indígenas por secretarias municipais e estaduais de saúde e, eventualmente, por instituições como o Ministério Público Federal (MPF), por exemplo, que tem

colaborado na testagem em alguns estados para os indígenas refugiados da Venezuela, os Warao;

– Devido a falta de transparência e ausência de detalhamento das informações da Sesai, não é possível conferir os casos duplicados entre as duas bases de dados. O número apresentado representa o somatório dos dados informados pela SESAI e apurados pelo Comitê;

– Ressaltamos que a APIB e suas organizações de base não tem intenções políticas e nem condições de recursos humanos e financeiros para realizar testes de Covid-19 entre os povos indígenas. Nosso papel é cobrar o Governo Federal para que tome medidas urgentes sobre a situação alarmante dos povos indígenas durante a pandemia.

Casos de óbito:

– Devido à divergência de procedimento de coleta dos dados da Sesai e a falta de transparência no detalhamento das informações, não é possível checar óbitos que possam estar duplicados entre as duas bases de dados (do Comitê da APIB e da Sesai). O número apresentado representa o somatório dos dados informados pela SESAI e apurados pelo Comitê.¹⁰

Tendo em vista a disposição da APIB em deixar pública a metodologia da coleta de dados, bem como suas limitações, resta ainda evidente a ausência de qualquer intenção de induzir quem quer que seja a erro. É preciso ressaltar ainda que foi o próprio descaso e falta de transparência da SESAI que levaram a APIB a organizar a coleta.

Inclusive, o que se observa nos autos do inquérito policial é a existência de investigações prévias e genéricas, em busca de evidências sobre a prática de futuros crimes. Há, portanto, indicativos do que se tem chamado de “pesca predatória” (*fishing expedition*), que vem sendo rechaçada pela Corte Europeia de Direitos Humanos. Vejamos:

“Trata-se a *fishing expedition* de uma investigação especulativa indiscriminada, sem objetivo certo ou declarado, que ‘lança’ suas redes com a esperança de ‘pescar’ qualquer prova, para subsidiar uma futura acusação. Ou seja, é uma investigação prévia, realizada de maneira muito ampla e genérica para buscar evidências

¹⁰ Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/>.

sobre a prática de futuros crimes. Como consequência, não pode ser aceita no ordenamento jurídico brasileiro, sob pena de mal ferimento das balizas de um processo penal democrático de índole Constitucional”¹¹

Portanto, verifica-se a ausência de adequação típica da conduta supostamente praticada, que não se amolda a nenhum tipo penal previsto no Código Penal e nas leis extravagantes. Sob pena de violação ao princípio da legalidade, não se deve autuar, indiciar, prender, denunciar ou condenar, com o objetivo de penalizar pessoas pela prática de fatos não previstos em lei.

III.3. DO CERCEAMENTO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO - ATIPICIDADE DA CONDUTA

Conforme se extrai dos autos do inquérito policial, segundo a Funai, a paciente estaria “*cometendo uma campanha de calúnia e difamação*” contra a atuação do governo federal no combate a pandemia da covid-19 em territórios indígenas. A série MARAKA nada mais foi do que uma produção editorial de interesse coletivo para trazer à tona o descaso vivido pelos povos indígenas brasileiros, diante da pandemia da Covid-19.

Contudo, a conduta narrada pela FUNAI é absolutamente atípica e para chegar-se a esta conclusão não é necessário cotejo analítico ou valoração da prova constante dos autos do IP. Da simples leitura do histórico elaborado pela Funai, verifica-se a falta de tipicidade da conduta. A paciente está há décadas na luta legítima pela proteção dos povos indígenas, sempre atuando com ética e respeito aos direitos humanos. Portanto, é necessário o trancamento do IP também neste particular, em razão da evidente atipicidade material da conduta.

A sociedade civil brasileira e a comunidade internacional têm total conhecimento das acusações de genocídio contra os povos indígenas do Brasil. Tal afirmação não se trata de mera “fake news”. Recentemente o Tribunal Penal Internacional (TPI) deu prosseguimento a uma denúncia recebida contra o presidente Jair Bolsonaro por “crimes contra a humanidade” e por incitar “o

¹¹<http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/4888/material/a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech-daniel-sarmento.pdf>

genocídio de povos indígenas" no Brasil. A representação é do Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu), em conjunto com a Comissão Arns, e cita como justificativas medidas provisórias e portarias editadas pelo governo, discursos de incitação à violência e omissões diante de conflitos, conforme amplamente divulgado na imprensa, como se vê:

- **Bolsonaro é denunciado por incentivar genocídio de indígenas**
<https://brasil.elpais.com/brasil/2019-11-29/bolsonaro-e-denunciado-por-incentivar-genocidio-de-indigenas.html>
- **Denúncia contra Bolsonaro por incitação ao genocídio dos povos indígenas é examinada na Corte de Haia**
<https://conexaoplaneta.com.br/blog/denuncia-contra-bolsonaro-por-incipitacao-ao-genocidio-dos-povos-indigenas-e-examinada-na-corte-de-haia/#fechr>

Ademais, o Supremo Tribunal Federal garante o direito de crítica contra agentes políticos, considerando ser essa a essência de uma democracia. É o que se extrai do AI n. 690.841¹², relatoria do eminente ministro Celso de Mello quando aponta que "o interesse social, que legitima o direito de criticar, sobrepõe-se a eventuais suscetibilidades que possam revelar as pessoas públicas ou as figuras notórias, exercentes, ou não, de cargos oficiais". E continua, "a crítica que os meios de comunicação social dirigem a pessoas públicas (e a figuras notórias), por mais dura e veemente que possa ser, deixa de sofrer, quanto ao seu concreto exercício, as limitações externas que ordinariamente resultam dos direitos de personalidade".

Destaque-se, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é muito sólida no sentido de que a liberdade de crítica faz parte do Estado Democrático de Direito e que assuntos de interesse público e social estão sob a tutela do manto constitucional do direito à informação.

Ademais, como já mencionado o Presidente da República vem, sistematicamente, adotando comportamentos temerários à vida dos brasileiros

¹² (STF - AI: 690841 SP, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 21/06/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-150 DIVULG 04-08-2011 PUBLIC 05-08-2011 EMENT VOL-02560-03 PP-00295)

e conseqüentemente à saúde pública. Durante a pandemia, a política de saúde do Governo federal pode ser resumida em “**kit covid**” composto por medicamentos sem eficácia científica comprovada, que foram encaminhados para comunidades indígenas na companhia de uma campanha institucional de desinformação e negação da vacina. Em nada nos surpreende, que nesse momento exista uma CPI no Senado Federal para investigar a incompetência política no gerenciamento da pandemia. Isso só corrobora com a realidade trazida na web série MARAKA.

Nesse momento catastrófico ao qual o Brasil atravessa, é imprescindível que a sociedade civil esteja organizada em um pacto nacional pela vida, cobrando todos os dias os gestores que se dispuseram a servir a sociedade.

Conforme verifica-se no julgado da relatoria do eminente Ministro Felix Fischer, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, reconheceu expressamente ser jurisprudência firme que **"nos crimes contra a honra, além do dolo, deve estar presente um especial fim de agir, consubstanciado no animus injuriandi vel diffamandi, consistente no ânimo de denegrir, ofender a honra do indivíduo", devendo a inicial "estampar a existência de dolo específico necessário à configuração dos crimes contra a honra, sob pena de faltar-lhe justa causa, sendo que a mera intenção de caçar (animus jocandi), de narrar (animus narrandi), de defender (animus defendendi), de informar ou aconselhar (animus consulendi), de criticar (animus criticandi) ou de corrigir (animus corrigendi) exclui o elemento subjetivo e, por conseguinte, afasta a tipicidade desses crimes.**¹³

Assim, a APIB tem, através de seu trabalho técnico e científico, demonstrado com justa indignação, referindo-se às milhares de mortes evitáveis decorrentes da política de combate à pandemia do Governo Federal, que o Presidente Jair Bolsonaro seria genocida, como diariamente fazem milhões de brasileiros. A paciente exerceu seu claro exercício do direito de crítica, faltando, de conseguinte, a elementar subjetiva exigível para a configuração de crime contra a honra.

¹³ RHC nº 56.482/SC, j. 05/05/2015.

A temática do enfrentamento da pandemia em territórios indígenas, como já mencionado, encontra-se em discussão na Suprema Corte brasileira. O governo federal, sistematicamente tem apresentado Planos de Enfrentamento à Covid-19 com falhas técnicas primárias e genéricas conforme afirmou o Min. Luís Roberto Barroso, relator da matéria no âmbito da ADPF 709, vejamos:

"Nego homologação à terceira versão do Plano Geral de Enfrentamento à COVID-19 para Povos Indígenas, por persistirem deficiências essenciais à sua exequibilidade, efetividade e monitorabilidade, como já identificado acima. Impressiona que, após quase 10 meses de pandemia, não tenha a União logrado o mínimo: oferecer um plano com seus elementos essenciais, situação que segue expondo a risco a vida e a saúde dos povos indígenas e que mantém em aberto o cumprimento da cautelar deferida por este Juízo. Sem prejuízo disso, deve a União executar provisoriamente o Plano Geral, tal como se encontra, dado o caráter emergencial, e prosseguir com as ações já em curso, até que concluídos os ajustes ao plano. 4. Nessa linha, determino a apresentação de quarta versão do Plano Geral, até 08.01.2021, com a inclusão dos seguintes elementos e providências: (i) **quanto ao fornecimento de cestas alimentares: indicar detalhadamente os critérios de vulnerabilidade para seleção e fornecimento, total de famílias atendidas e onde estão localizadas (qual terra indígena), quantidade de cestas por família, composição e periodicidade de entrega; (ii) **quanto ao acesso à água em terras indígenas não homologadas:** indicar detalhadamente quais terras serão atendidas por fornecimento de água promovido pelo poder público ou por outras medidas alternativas, quais são essas medidas, quantitativos, qual é o critério de seleção das terras beneficiárias e providenciar fornecimento imediato; (iii) **quanto ao acesso à água em terras indígenas homologadas:** prever medidas alternativas de acesso à água, explicitando os mesmos elementos já indicados acima, e assegurar que seja imediato; (iv) **quanto ao trabalho das equipes e à biossegurança:** (a) detalhar fluxos de material, logística, recursos humanos e demais elementos necessários para testagem de RT-PCR; (b) detalhar força de trabalho e demanda por equipes complementares a serem contratadas; (c) detalhar a função da designada "equipe volante", bem como do geólogo e do engenheiro, cuja contratação foi prevista na meta de assistência; (d) vedar a**

entrada, em terra indígena, sem prévia realização de RT-PCR, bem como assegurar o isolamento após a realização do RT-PCR e até a entrada em terra indígena; (e) determinar quarentena mínima de 14 dias como condição para entrada de equipes em área de povos indígenas de recente contato; **(v) quanto ao apoio a barreiras de contenção já existentes organizadas pelos povos indígenas:** incluir o fornecimento de materiais, insumos e equipamentos, conforme documento a ser apresentado pela APIB; **(vi) quanto à assistência integral e diferenciada:** detalhar ações de saúde, número de equipes atuando e população atendida por região, desde o início da decisão liminar de 08 de julho de 2020, bem como estratégias, déficits e previsão de expansão; assegurar rastreamento, isolamento, descarte de casos, critérios de confirmação, rotinas de investigação de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e óbito, conforme Nota Técnica FIOCRUZ – ABRASCO, de 18.09.2020; prever a implantação de testes rápidos de detecção de antígenos para casos de pacientes sintomáticos; detalhar Unidades de Atenção Primária Indígena (UAPIs) implementadas, necessidade de cada distrito, equipamentos e insumos, déficits, necessidade de expansão; estabelecer rotinas e fluxos de atendimento separado nas Casas de Saúde do Índio (CASAI) para casos de suspeita de contágio de COVID-19 e detalhar oferta e demanda por tais serviços em cada distrito; detalhar e quantificar fluxo de internação, logística e leitos para casos que precisam de unidade de tratamento intensivo (UTIs); prever ações e estrutura de isolamento e distanciamento social para contaminados em todas as localidades; **(vii) todos os dados aludidos acima devem abranger todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e, ainda, terras indígenas não homologadas, discriminadamente.** 5. Determino, adicionalmente, a disponibilização ao Juízo e a seus assistentes técnicos de todos os dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), até 08.01.2021, alternativamente: (i) por meio de acesso on line, com senha, ou (ii) via open data, a critério da União". (STF. Min. Luís Roberto Barroso. ADPF 709).

Em Nota Técnica juntada na ADPF 709, os especialistas da FIOCRUZ e ABRASCO (anexo 07), apontam que *“é particularmente preocupante que, como se delineia o Plano da União, não há a explicitação necessária de objetivos e resultados que impactem na saúde da população indígena, algo esperado em um plano de*

enfrentamento à uma grave pandemia. Desse modo, o conteúdo e estrutura do Plano da União não contém os elementos necessários para a avaliação acerca da eficácia do mesmo.”

Isso posto, não resta dúvida de que existe farta quantidade de documentos técnicos que evidenciam a ineficiência por parte do Governo Federal em combater a pandemia nos territórios indígenas. Diante de tal omissão, a Articulação dos Povos Indígenas iniciou a campanha emergência indígena, a fim de suprir a inércia do governo federal.

O presente Habeas Corpus tem como fundamento jurídico a ausência de provas indiciárias e a não adequação da conduta ao tipo penal. Diante da obviedade de ausência de resultado útil do processo penal, não se justifica a movimentação da máquina estatal, uma vez que a apuração do suposto fato ilícito desde o início é nula de pleno direito, trazendo o inquérito policial apenas uma consequência: constrangimento ilegal à paciente.

Não havendo os elementos necessários para qualificar e tipificar a conduta da paciente, necessário se faz o trancamento do presente inquérito, com o deferimento do presente habeas corpus. O resultado de um inquérito nesses moldes será apenas um: DENÚNCIA INEPTA E MANUTENÇÃO DO CONSTRANGIMENTO IMPOSTO À PACIENTE DE FORMA INJUSTA E INCABÍVEL.

IV DA LIMINAR

A concessão de medida liminar é cabível sempre que presente o *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

O *fumus boni iuris* está presente tendo em vista que a paciente, na qualidade de representante da APIB, está sofrendo constrangimento ilegal com a instauração do inquérito policial. Como bem demonstrado nesta impetração, a acusação carece de elementos mínimos para prosseguimento da investigação, não demonstrando justa causa, conforme preceito do art. 648, inciso I, do Código de Processo Penal, aliado aos precedentes jurisprudenciais colacionados acima.

O *periculum in mora* está presente tendo em vista que a paciente fora intimada a depor na delegacia, com base em imputações, *data venia*, **vazias e atípicas**, sem o mínimo de elementos probatórios indiciários aptos a respaldar uma eventual ação penal. Aliás, o fato ganhou notoriedade na imprensa nacional e internacional, ficando clarividente a perseguição por conta da sua atividade militante que desempenha há muitos anos.

Presentes, portanto, seus requisitos autorizadores, requer-se a V. Exa. a concessão da liminar, a fim de garantir a suspensão da investigação instaurada até o julgamento do mérito do presente Habeas Corpus, oportunidade em que se espera seja concedida a ordem, de modo a se determinar o trancamento do Inquérito n. IPL n.º. 2020.0104862, em trâmite na Delegacia de Defesa Institucional - DELINST/DRCOR/SR/PF/DF.

DO PEDIDO

Pelo exposto, requer que seja deferido o pedido liminar, a fim de se determinar a suspensão do Inquérito n. IPL n.º. 2020.0104862, até o julgamento do mérito do presente writ, oportunidade na qual se espera seja concedida a ordem de Habeas Corpus para se trancar a investigação policial instaurada, ante as flagrantes ilegalidades verificadas.

Brasília, 03 de maio de 2021.

Pede-se urgente deferimento.

Luiz Henrique Eloy Amado
Advogado indígena Terena
OAB/MS 15.440

Samara Carvalho Santos
Advogada indígena Pataxó
OAB/BA 51.546

Mauricio Serpa França
Advogado indígena Terena
OAB/MS 24.060

Rol de anexos:

Anexo 1 Cópia do Inquérito n. IPL n°. 2020.0104862

Anexo 2 Procuração

Anexo 3 Declaração de Hipossuficiência

Anexo 4 Documentos Pessoais

Anexo 5 Comprovante de Residência

Anexo 6 Decisão do Min. Luís Roberto Barroso, ADPF 709

Anexo 7 Nota Técnica da FIOCRUZ / ABRASCO

Anexo 8 Notas veiculadas na imprensa